



Jeanne Marie Gagnebin¹

Da “desterritorialização”

Para Celso F. Favaretto

Não conhecia essa palavra quando cheguei ao Brasil. Eu vinha de uma formação tipo libertária berlinense, a cabeça cheia de Adorno e de Brecht, de feminismo radical e de crítica do cotidiano. Então, apesar do “desterro” (mesma família que a primeira palavra, que meu computador, aliás, cisma em continuar ignorando), não entendi e não consegui pronunciar essa palavra.

Depois de quase dois anos de procura por emprego no Brasil, tinha começado a trabalhar na PUC/SP, num departamento de filosofia no qual os colegas tentavam enfrentar a paralisia do pensamento, imposta pela ditadura, muito mais com Foucault e com Deleuze do que com Marx e Benjamin. E com coragem e perseverança apesar dos poucos recursos e das salas barulhentas.

Quem falava muito em desterritorialização era o Celso Favaretto, o professor de estética, simpático, entusiasta e fumante; ele se tornou chefe de departamento por ser vice de outro Celso, Celso Guimarães, hegeliano, que devia morrer de câncer após muita dor e muita coragem. Dava para perceber que Favaretto não gostava de administração e que ele sofria com essas obrigações, mesmo que as cumprisse. Ele também falava muito de alguém com um nome esquisito – para mim –, um tal de Oiticica, que nunca tinha ouvido falar, nem de Parangolés, claro. E Celso também dizia

¹ Professora do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade de Campinas (UNICAMP). E-mail: jmgagnebin@gmail.com.

que as vanguardas artísticas não tinham mais nem vez nem voz. Eu ficava desolada, sem entender.

E muito intimidada também porque percebia o quanto eu estava perdida, para não dizer desterritorializada! Lembro também que demorei dois semestres para entender quem era esse famoso filósofo do qual todos na Pós falavam, que eu deveria certamente conhecer, mas que não conseguia situar, um tal de Jean-Jacques. Até concluir que era Rousseau.

Somente percebi que Celso ia se tornar um grande amigo quando, numa reunião de departamento, numa dessas salas perto do corredor da Cardoso de Almeida, onde ficávamos sem nenhum espaço, nenhum conforto, apenas uma mesa, cheguei envergonhada de Campinas, bastante atrasada. No domingo anterior, o Brasil tinha festejado o Dia das Mães, essa festa pegajosa e comercial, na exata medida da idealização da figura materna e da exploração das mães reais, de carne e ossos. A *Folha de São Paulo* ligou para Marilena Chauí e perguntou se ela sabia de uma mulher “filósofa”, recentemente mãe (um bicho esquisito!), que poderia tentar escrever uma curta descrição dessa experiência da maternidade. Marilena me indicou. Lembro de ter escrito um mini artigo alegre e bravo, como eram o choro e o riso de minha primeira filha, recém-nascida. Intitulei o artigo: “Para uma maternidade não domesticada” e publicaram sob o seguinte título, com um desenho horrível: “Ser mãe é padecer no paraíso.”

Mas Celso leu. Na salinha da filosofia, onde sentávamos apertados, ele levantou com um salto quando entrei e disse: “Eu tenho que dar um beijo nessa moça pelo artigo que escreveu sobre o Dia das Mães” e me deu um grande beijo barulhento. Não tive mais medo – mesmo que eu demorasse ainda a compreender, felizmente com a ajuda do Ricardo Fabbrini, porque as vanguardas tinham falhado.

Só que, até hoje, não sei se entendi o que é “desterritorialização”. Coloquei a palavra no Google em francês. Antes de qualquer alusão a Deleuze, há uma definição oriunda do “Dictionnaire numérique Cordial”. Cito:

Déterritorialisation: Fait de chasser un peuple loin de son territoire, technique fréquemment utilisée en Amérique Latine, durant la conquête et, actuellement, vis à vis des Indiens encore vivants.²

Que fantástica definição! Parece que só houve deslocamentos violentos de populações na América Latina... onde os houve e há, com certeza, e dos piores,

² “Desterritorialização: o fato de expulsar um povo longe do seu território, técnica usada com frequência na América Latina durante a conquista e, atualmente, em relação aos Índios ainda vivos.”

porque os indígenas muitas vezes são nômades. A definição range como uma porta que se abre com dificuldade sobre uma paisagem violenta. Agora, ao mencionar essa violência, ela acerta porque não indica reterritorialização nenhuma, somente deslocamentos, rupturas, tumultos, armas. Se abstrairmos (nada fácil, bem sei) do seu tom francês inocente, ela evoca “técnicas” de “conquista” que fizeram sucesso.

Quando li o “memorial” do Celso Favaretto por ocasião de seu concurso de livre-docência na USP (em 2004) senti, provavelmente sem ele ter desejado surtir esse efeito, o rastro da mesma violência. Diz ele, na primeira página, que nasceu na *roça*, em Colina (SP) e que *emigrou* aos 11 anos para a cidade de Americana. Um dia, ele me contou do seu assombro quando, pela primeira vez, foi com um menino de sua idade ver um filme e, apavorado pelo tsunami de imagens, fugiu do cinema. Excelente aluno de matemática, prestou vestibular na PUC de Campinas nessa disciplina, “por ser o que estava à mão”. Naquele *tempo de promessas*, isto é, antes do Golpe, a amizade e o *fervor* – uma palavra que Celso gosta de usar até hoje – o ajudaram a encontrar, mesmo no meio “interiorano”, um caminho de descoberta, de *fruição e crítica*, no qual se mesclavam agitação cultural e agitação pedagógica. Caminho entrevisto, sempre perseguido, mas que a violência de 1964, depois a de 1968 vai atravancar.

Eu não conheci esse Brasil de antes de 1964 e quando vislumbro esse país, através de documentos ou de conversas, vem uma saudade enorme daquilo que foi e daquilo que poderia ter sido.

Como muitos colegas de sua geração, Celso perfaz o trajeto do campo à cidade, não em várias gerações, como na Europa com o fim da “paysannerie”, mas em alguns anos, aos solavancos: deixando atrás de si um território nada tranquilo de colono pobre em direção a um futuro incerto na cidade grande, futuro de professor mal pago, sem garantia nem segurança. Nenhuma origem telúrica secular, nenhuma ilusão de raízes profundas, tampouco uma *formação* harmoniosa com continuidade orgânica, de etapa em etapa. Mas aos trancos e barrancos, alegrias e dificuldades.

Em suma: não pode haver aqui nem classicismo nem romance de formação. Somos empurrados para uma modernidade violenta, depois para seus escombros, sem poder buscar abrigo em nenhuma “visão de paraíso” originário ou de infância ignorante e inocente. Apesar das inúmeras tentativas idílicas, poéticas ou não, de machos brancos e armados, deslumbrados pela nudez das moças indígenas.

Talvez seja essa violência originária e persistente a razão que esclarece, recorrendo ao *Trauerspiel* de Benjamin (*Iutolúdio* como traduziu Haroldo de Campos) porque aqui, no Brasil, o símbolo, figura luminosa de uma concordância possível, sempre soa falso – como também todas as tentativas de “consenso”, que se revelam

enganações. Sobram o luto (*Trauer*), essa tristeza que não tem fim, e o riso, o deboche, o jogo, uma bagunça irônica e contagiosa, o *Spiel*.

E, nas ruínas de uma modernidade já ultrapassada sem ter cumprido suas promessas, surge o reino, por definição arbitrário, das alegorias: em vez de uma análise totalizante da “realidade brasileira”, invenções e provocações, *contracultura*, *cultura marginal*, *curtição*, *desbunde*, enumera Celso. Alegorias arbitrárias porque, como o entendeu Benjamin, a alegoria não visa um sentido pleno e eterno, mas evidencia a ilusão das figurações históricas de ordem e de paz, corroídas pelo desejo de poder e pela voracidade. Assim, a alegoria denuncia a pretensão de uma totalidade de sentido e constrói significações provisórias, cruéis ou jubilosas, que vão se tecendo e destecendo segundo o ritmo de sua desagregação. Escreve Celso:

A composição de paródia e alegoria, efetivada nas canções tropicalistas, leva adiante um trabalho extremamente importante e inédito de corrosão da cultura instituída em seus diversos matizes. Corrosão do mito das raízes populares, das mitologias da cultura do mercado, que pode ser entendido como um trabalho crítico, um processo de descolonização e de descentramento cultural.³

Descolonização e descentramento nos levam de volta à desterritorialização, a esse movimento que Deleuze e Guattari percebem nos caminhos e descaminhos da literatura “menor” de Kafka: escrever num alemão tão seu quanto estrangeiro, tornar essa língua neutra um amontoado de intensidades discretas, trabalhar como agrimensor de um território cujos limites vão se apagando, construir uma toca tão perfeita que qualquer ruído sinaliza já uma invasão. Em suma: em vez de recorrer à delimitação de um território – uma noção que Deleuze e Guattari emprestam da etologia – e à descrição de sua estabilidade, mostrar que só existem territórios atravessados por migrações que os transformam em rotas e passagens. Que só assim um território consegue oferecer uma paisagem acolhedora que nos possibilita nele habitar por um tempo, mas também dele partir e empreender outra viagem. Sem saber para onde.

³ Cito um artigo citado no “memorial” para o concurso de livre-docência, artigo intitulado: “Tropicália, cultura e política”. Numa nota consta: “É uma versão modificada, inédita, do texto “Tropicália: política e cultura” publicado em DUARTE, P.S.& NEVES, Santuza C. *Do samba-canção à tropicália*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Faperj, 2003, pp. 242-247.

Cito mais uma vez Celso, falando de Caetano Veloso: “A imposição modernista, ‘precisamos conhecer o Brasil’, converteu-se, no tropicalismo, na também drummondiana, ‘precisamos esquecer o Brasil’, pois ‘nenhum Brasil existe’”⁴.

Agradeço ao Celso por ter me permitido permanecer por aqui – sem precisar saber da “identidade” de um país que nos cabe inventar juntos.

Campinas, julho de 2021.

⁴ Entrevista na Revista *Cult*, número 49, agosto de 2001.